

**SANTA CASA DA MISERICORDIA DE
SERPA**

Anexo

2019

Passagem
WHL

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis	15
7	Locações.....	16
8	Custos de Empréstimos Obtidos	16
9	Inventários	17
10	Rédito.....	17
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	17
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	18
14	Imposto sobre o Rendimento	18
15	Benefícios dos empregados	18
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	19
17	Outras Informações	19
17.1	Investimentos Financeiros	19
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	20
17.3	Clientes e Utentes	20
17.4	Outras contas a receber.....	21
17.5	Diferimentos	21
17.6	Outros Ativos Financeiros	21
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	21
17.8	Fundos Patrimoniais	22
17.9	Fornecedores	22
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	22
17.11	Outras Contas a Pagar.....	23
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	23
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	23
17.14	Fornecimentos e serviços externos	23

17.15 Outros rendimentos.....	24
17.16 Outros gastos	24
17.17 Resultados Financeiros	24
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	24

*Quilobau
2012*

Luís Sáez
2019

1 Identificação da Entidade

A “SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SERPA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 245 22-10-1997, Série II, com sede em Largo de S. Francisco - Apartado 35. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Prestar assistência aos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promover o enterramento dos pobres e indigentes e dos internados falecidos, que não tenham família ou meios para o funeral;
- Prestar assistência aos pobres e indigentes do concelho de Serpa, excecionalmente extensivos a outros concelhos, por meio de internamento no Lar de São Francisco e contribuir para a promoção e proteção na saúde e educação dos cidadãos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Serpa e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, revisto pelo Decreto nº 98/2015, de 2 de junho e no Aviso nº 218/2015 de 27 de julho, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Santa Casa da Misericórdia de Serpa na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Quabagus
2011

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Santa Casa da Misericórdia de Serpa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

*Yunus
Alkhalaf*

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Santa Casa da Misericórdia de Serpa, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Santa Casa da Misericórdia de Serpa a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Santa Casa da Misericórdia de Serpa tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	7 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 e 7 anos
Outros Activos fixos tangíveis	

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa revê anualmente a vida útil de cada ativo assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" (essencialmente Igreja de São Paulo) encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Santa Casa da Misericórdia de Serpa a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

Não foram realizadas obras até ao momento nestes bens.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. Estes bens não têm possibilidade de gerar benefícios futuros (pelo menos num futuro próximo).

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida

útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.



3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e terrenos rústicos doados à instituição detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas à data da doação e atualizadas em função do seu valor patrimonial.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Conforme disposto no parágrafo 7.5 da NCRF-ESNL, as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas na rubrica de Ativos fixos tangíveis.

3.2.4 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros na posse da instituição, referem-se aos Fundos de Compensação do trabalho, obrigatórios perante a lei

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo médio de aquisição.

Os Inventários que a instituição detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo médio.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Não aplicável.

Handwritten signature/initials

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela instituição estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Santa Casa da Misericórdia avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na NCRF-ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da instituição ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Santa Casa da Misericórdia de Serpa analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Santa Casa da Misericórdia de Serpa reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

A instituição apenas tem os contratos das impressoras de locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

João Gonçalves
2010

*Luís Augusto
Antes*

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

O Software Gestão de Stocks, introduzido em 2017, não está a funcionar na sua plenitude, nomeadamente no controlo final de stocks. Existindo a necessidade de este ser efetuado ao dia no Hospital de S.Paulo

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A instituição não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2018, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	498 797.90					498 797.90
Bens Imóveis	0.00					0.00
Arquivos	0.00					0.00
Bibliotecas	0.00					0.00
Museus	0.00					0.00
Bens móveis	0.00					0.00
Total	498 797.90	0.00	0.00	0.00	0.00	498 797.90

No período de 2019, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	498 797.90					498 797.90
Bens Imóveis	0.00					0.00
Arquivos	0.00					0.00
Bibliotecas	0.00					0.00
Museus	0.00					0.00
Bens móveis	0.00					0.00
Total	498 797.90	0.00	0.00	0.00	0.00	498 797.90

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Handwritten signature/initials

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	2 922 532.82	17 914.96				2 940 447.78
Equipamento básico	592 758.68	5 251.75				598 010.43
Equipamento de transporte	171 150.58					171 150.58
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	58 870.87	1 913.89				60 784.76
Outros Ativos fixos tangíveis	204.71					204.71
Ativos fixos tangíveis em curso	60 497.43					60 497.43
Total	3 806 015.09	25 080.60	0.00	0.00	0.00	3 831 095.69
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	364 286.95	59 607.85				423 894.80
Equipamento básico	515 781.39	35 592.45				551 373.84
Equipamento de transporte	144 652.72	17 986.64				162 639.36
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	55 795.10	3 468.08				59 263.18
Outros Ativos fixos tangíveis	109.93					109.93
Total	1 080 626.09	116 655.02	0.00	0.00	0.00	1 197 281.11
Total líquido	2.725.389,00					2.633.814,58

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00			154 042.29		154 042.29
Edifícios e outras construções	2 940 447.78					2 940 447.78
Equipamento básico	598 010.43	91 396.04				689 406.47
Equipamento de transporte	171 150.58					171 150.58
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	60 784.76	11 568.21				72 352.97
Outros Ativos fixos tangíveis	204.71					204.71
Ativos fixos tangíveis em curso	60 497.43	1 260 748.93			(25 903.68)	1 295 342.68
Total	3 831 095.69	1 363 713.18	0.00	154 042.29	(25 903.68)	5 322 947.48
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	423 894.80	58 532.95				482 427.75
Equipamento básico	551 373.84	18 927.17				570 301.01
Equipamento de transporte	162 639.36	8 511.22				171 150.58
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	59 263.18	3 556.31				62 819.49
Outros Ativos fixos tangíveis	109.93					109.93
Total	1 197 281.11	89 527.65	0.00	0.00	0.00	1 286 808.76
Total líquido	2.633.814,58					4 036 138.72

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2019, foram os seguintes:



Descrição	2018					Saldo Final
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Depreciações	
Prop. de Investimento	328.325,51		8.157,61			320.167,90
Total	328.325,51	0,00	8.157,61	0,00	0,00	320.167,90

Descrição	2019					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições/Ou tros	Alienações	Transferências	Depreciações	
Prop. de Investimento	320.167,90	135.396,45	1.805,07	154.042,29	3.017,92	296.699,07
Total	320.167,90	135.396,45	1.805,07	154.042,29	3.017,92	296.699,07

Os principais movimentos da rubrica de Ativos fixos tangíveis ao longo do exercício foram os seguintes:

- Os Ativos fixos tangíveis em curso e as respetivas adições do período respeitam integralmente aos custos associados à construção do novo bloco operatório do Hospital de S. Paulo;
- Transferência do terreno denominado "Barbuda", no valor de 154.042,29 euros, entre propriedades de investimento e Terrenos e recursos naturais pelo facto deste terreno ser utilizado no âmbito atividades da Santa Casa encontrando-se neste terreno implantada a UCCI de Guadalupe e a construção do bloco operatório do Hospital de S. Paulo;
- As adições em Propriedades de investimento incluem o seguinte:
 - o a adição de 70.000 euros referente a obras realizadas em imóvel detido pela Santa Casa. As obras em questão encontram-se no âmbito de um contrato formalizado com a entidade Rota do Guadiana para venda do referido imóvel conforme descrito na nota 17.5;
 - o adição de um conjunto de imóveis legados a título gratuito, reconhecidos pelo seu valor patrimonial no montante de 65.395,95 euros.

Com efeitos a 1 de janeiro de 2015 a gestão do Hospital de São Paulo (o Hospital) foi devolvida à Entidade. O acordo de cooperação que estabelece a referida devolução, formalizado em 14 de novembro de 2014, indicava que não existia compensação a atribuir pelo investimento em

equipamentos realizado no Hospital pelo facto do mesmo se encontrar totalmente amortizado. De acordo o parágrafo 7.6 da NCRF-ESNL um dos critérios para a mensuração de bens do ativo fixo tangível, atribuídos a título gratuito, em que o custo pode ser desconhecido é valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. Uma vez que todo o investimento realizado no Hospital, de acordo com o disposto no acordo de cooperação se encontrava, à data da devolução da gestão do Hospital, totalmente amortizado, em concordância com uma das possibilidades previstas no normativo contabilístico não foi registado qualquer valor na rubrica de Ativos fixos tangíveis. Até esta data nunca foi efetuada uma inventariação dos bens que integravam o Hospital tendo apenas sido reconhecias as respetivas adições posteriores.

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público:

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	7 598.35					7 598.35
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	7 598.35	0.00	0.00	0.00	0.00	7 598.35
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	7 598.35					7 598.35
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	7 598.35	0.00	0.00	0.00	0.00	7 598.35

Handwritten signature/initials

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	7 598.35					7 598.35
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	7 598.35	0.00	0.00	0.00	0.00	7 598.35
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	7 598.35					7 598.35
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	7 598.35	0.00	0.00	0.00	0.00	7 598.35

7 Locações

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa não detém ativos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0.00	2 065 851.30	2 065 851.30	0.00	620 862.47	620 862.47
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas			0.00			0.00
Contas Bancárias de Factoring			0.00			0.00
Contas bancárias de letras descontadas			0.00			0.00
Outros Empréstimos	44 550.00	0.00	44 550.00	0.00	89 100.00	89 100.00
Total	44 550.00	2 065 851.30	2 110 401.30	0.00	709 962.47	709 962.47

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa no ano de 2019, aumentou o seu nível de endividamento para fazer face às seguintes situações:

- Construção do Bloco Operatório;
- Amortização total do empréstimo na CGD, contraído aquando da construção do equipamento da Unidade Senhora da Guadalupe, e substituição por um de igual montante na CCAM em condições mais vantajosas, e prolongando o seu período de pagamento;

- Despesas correntes, nomeadamente aquisição de equipamento de alojamento de utentes para ERPI (camas, colchões, almofadas e roupas de cama), e prejuízo gerado consecutivamente no Hospital de São Paulo desde a abertura e acentuado no ano de 2019.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018			2019			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	8 355.92	0.00	0.00	2 418.33	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	90 784.15	0.00	0.00	92 811.10	0.00	0.00	65 887.89
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	99 140.07	0.00	0.00	95 229.43	0.00	0.00	65 887.89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				298 940.30			323 635.31
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0.00	10 550.22
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 011 263.79	995 560.49
Quotas e joias	1 863.00	9 069.69
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	0.00	0.00
Royalties	0.00	0.00
Outros	701.48	11 609.39
Total	1 013 828.27	1 026 789.79

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2019, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2018	Aumentos	Diminuições	2019
Impostos	0.00	0.00	0.00	0.00
Garantias a clientes	0.00	0.00	0.00	0.00
Processos judiciais em curso	0.00	0.00	0.00	0.00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias ambientais	0.00	0.00	0.00	0.00
Contratos onerosos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reestruturação	0.00	0.00	0.00	0.00
Provisões específicas do setor	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras provisões	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

Passivos contingentes

Não aplicável

Ativos contingentes

Não aplicável

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
Subsídios do ISS, ULSBA e ARS		
	2 745 887.10	2.759.703,04
Apoios		
Outros	27 360.84	26.479,87
Total	2 773 247.94	2.786.182,91

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa está isenta de IRC.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2019, foram e são 15 . A atual Mesa Administrativa tomou posse em janeiro de 2019.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em dezembro de 2018 e 2019 foi de 169 e 173, respetivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	19 130.00
Remunerações ao pessoal	2 084 352.69	1 837 449.76
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	464.00
Encargos sobre as Remunerações	425 665.11	382 201.31
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	26 084.86	22 927.37
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	7 523.50	8 092.77
Total	2 543 626.16	2 270 265.21

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Santa Casa da Misericórdia de Serpa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2019, foram de 5 904,00€.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em associadas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos noutras empresas	500.00	0.00
Outros investimentos financeiros	26 923.72	18 803.09
Perdas por Imparidade Acumuladas	0.00	0.00
Total	27 423.72	18 803.09

Ana Maria
2019

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0.00	0.00
Doadores - em curso	0.00	0.00
Patrocinadores	0.00	0.00
Quotas	1 376.00	16 049.59
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Perdas por imparidade	0.00	0.00
Total	1 376.00	16 049.59
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0.00	0.00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Resultados disponíveis	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	162 189.82	205 166.00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	162 189.82	205 166.00

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2019	2018
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

Jun 2019
2019

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	1 000.19	663.40
Adiantamentos ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	1 138.38	1 138.38
Devedores por acréscimos de rendimentos	0.00	784.49
Outras operações	111.06	0.00
Outros Devedores	362 736.54	419 608.72
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	364 986.17	422 194.99

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
	10 361.86	6 214.78
Total	10 361.86	6 214.78
Rendimentos a Reconhecer		
	70 000.00	0.00
Total	70 000.00	0.00

Em agosto de 2010 foi formalizado entre a Santa Casa e a Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado um contrato promessa de compra e venda de imóveis. O contrato formalizou a promessa de venda por parte da Santa Casa de um imóvel por si detido pelo valor de 170.000 euros cujo preço seria pago através de (i) obras a realizar pela Rota do Guadiana, no valor de 70.000 euros, no referido imóvel; (ii) tranches mensais no valor de 1.500 euros até à data da escritura; (iii) restante montante na data da escritura. Face à realização das obras foi adicionado o valor de 70.000 euros à rubrica de Ativos fixos tangíveis por contrapartida de rendimentos a reconhecer até à formalização da escritura. O restante plano de pagamento ainda está a decorrer.

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	1 100.74	2 430.78
Depósitos à ordem	221 575.72	81 276.44
Depósitos a prazo	0.00	0.00
Outros		
Total	222 676.46	83 707.22

Assinado
2019

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	508 456.48	0.00	0.00	508 456.48
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	1 234 618.17	0.00	-118 910.21	1 115 707.96
Excedentes de revalorização	10 345.05	0.00	0.00	10 345.05
Outras variações nos fundos patrimoniais	884 064.13	37 458.10	0.00	921 522.23
Total	2 637 483.83	37 458.10	-118 910.21	2 556 031.72

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	140 909.65	139 254.77
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	140 909.65	139 254.77

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	2 628.00	2 628.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	135 691.93	6 654.17
Outros Impostos e Taxas	14 336.27	20.00
Total	152 656.20	9 302.17
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	227 063.71	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	12 391.97	12 137.54
Segurança Social	48 490.44	115 849.20
Outros impostos e Taxas	6 341.23	3 192.69
Total	294 287.35	131 179.43

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0.00		0.00
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		706.47		585.86
Adiantamento por conta de vendas		68 797.07		0.00
Fornecedores de Investimentos		373 544.28		7 169.27
Credores por acréscimo de gastos		320 702.04		203 874.79
Outros credores		377 344.48		448 227.73
Total	0.00	1 141 094.34	0.00	659 857.65

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 773 247.94	2 786 182.91
Subsídios de outras entidades	0.00	0.00
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	2 773 247.94	2 786 182.91

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	657 782.56	595 808.73
Materiais	114 846.87	117 806.06
Energia e fluidos	159 570.97	191 941.84
Deslocações, estadas e transportes	36 955.37	38 731.83
Serviços diversos	246 046.63	214 617.70
Total	1 215 202.40	1 158 906.16

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	27 891.22	15 887.60
Descontos de pronto pagamento obtidos	471.27	769.01
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	10 075.25	21 684.65
Rendimentos em investimentos não financeiros	13 046.47	13 513.45
Outros rendimentos	37 083.40	62 599.80
Total	88 567.61	114 454.51

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	2 718.87	2 257.37
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Incobráveis	0.00	7 287.45
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0.00	0.00
Gastos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos	9 163.94	19 250.59
Total	11 882.81	28 795.41

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	54 552.56	15 581.46
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	28 417.59	3 426.48
Total	82 970.15	19 007.94
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0.00	0.00
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Resultados Financeiros	-82 970.15	-19 007.94

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Como é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Muitos setores de atividade foram

Handwritten signature:
J. Santos
2020

afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença. A plenitude dos efeitos decorrentes deste evento apresentam-se à data incertos, embora nos últimos meses os seguintes efeitos foram já observáveis:

- Relativo ao impacto financeiro, a pandemia, em curso, obriga, todos os dias a gestão de contenção e equilíbrio, sendo de referir que, por equipamentos, ficámos em défice com as seguintes receitas: Centro de Dia desativado, com valores que se previam de 3.465,00 euros mensais desde meados de março. Em ERPI, com uma taxa de ocupação de 102 utentes passámos a ter uma média de 94, sem novas entradas, o que diminui mensalmente, receitas na ordem de 3.000,00 euros, como estimativa. Em S. Paulo, a obrigatoriedade de reajustar e criar quartos de isolamento, impedem de atingir as taxas mínimas de ocupação, o que significa menos, cerca de 25.000,00 euros mensalmente. Acresce a ausência de consultas externas, MCD (Meios Complementares de Diagnóstico) o que compromete significativamente a entrada de receitas.

Em junho de 2020 a Santa Casa foi notificada do resultado de uma ação inspetiva realizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em sede de IVA. No decurso dessa inspeção foram identificadas anomalias referentes à dedução de IVA sobre as obras de construção do bloco operatório do Hospital de S. Paulo. A Santa Casa regularizou voluntariamente as anomalias identificadas corrigindo as declarações de IVA do terceiro e quarto trimestre de 2019. Apesar da correção voluntária das anomalias identificadas, a Santa Casa foi notificada para o pagamento de uma coima no valor de 61.255,11 euros pela falta de entrega de prestação tributária referente às declarações de IVA do terceiro e quarto trimestre de 2019, cujas respetivas datas de infração apresentadas na notificação são 17 de fevereiro de 2020 e 30 de março de 2020. A Mesa Administrativa decidiu contestar a coima, junto do tribunal.

SERPA, 9 de setembro de 2020

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SERPA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5.910.994 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.151.298 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 404.733 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafo 1 e 2 da secção "Bases para a opinião com reservas" e aos efeitos da matéria referida no parágrafo 3 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para efeitos comparativos, não foram objeto de Certificação Legal das Contas. O nosso exame dessas demonstrações financeiras foi efetuado apenas com a extensão necessária para podermos expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Contudo, dada a data da nossa nomeação, não foi possível validar o montante inicial da rubrica de Inventários. Adicionalmente, a nossa análise a esta rubrica revelou que a Entidade não dispõe de mecanismos suficientes de registo e controlo físico de inventários, não possuindo um sistema informático e procedimentos de controlo interno que permitam a manutenção de um sistema de inventário permanente. Em consequência, não pudemos concluir quanto à razoabilidade do saldo da rubrica de Inventários em 31 de dezembro de 2019 e quanto ao impacto desta situação na determinação do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício.

2. A rubrica de Ativos fixos tangíveis inclui terrenos e edifícios e outras construções, no montante de 288.550 euros, atribuídos à Entidade a título gratuito, tendo sido a sua mensuração inicial efetuada pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Os critérios de mensuração dos bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, em que o custo é desconhecido, são estabelecidos no parágrafo 7.6 da NCRF-ESNL não sendo o VPT um dos critérios de mensuração definidos. Adicionalmente, a rubrica de Bens do património histórico e cultural, integralmente composta pela Igreja de São Paulo, encontra-se mensurada pelo montante de 498.798 euros, não nos tendo sido possível obter o suporte que deu origem à mensuração deste ativo. Estes factos constituem uma limitação ao nosso exame sobre a valorização das rubricas referidas.
3. Em 31 de dezembro de 2019 as rubricas de Créditos a receber e Outros ativos correntes incluem saldos ativos nos montantes de 86.527 euros e 58.738 euros, respetivamente, referentes a valores a receber de utentes e outros devedores com elevada antiguidade, para as quais não foi constituída imparidade. Caso tivesse sido constituída imparidade para estes saldos as rubricas de Créditos a receber e Outros ativos correntes teriam sido reduzidas nos montantes de 86.527 euros e 58.738 euros, respetivamente, por contrapartida da rubrica de Imparidade de dívidas a receber da demonstração de resultados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

Conforme referido na nota 5 do anexo, com efeitos a 1 de janeiro de 2015 a gestão do Hospital de São Paulo (o Hospital) foi devolvida à Entidade. O acordo de cooperação que estabelece a referida devolução, formalizado em 14 de novembro de 2014, indica que não existe compensação a atribuir pelo investimento em equipamentos realizado no Hospital pelo facto do mesmo se encontrar totalmente amortizado. De acordo com o parágrafo 7.6 da NCRF-ESNL um dos critérios para a mensuração de bens do ativo fixo tangível, atribuídos a

título gratuito, em que o custo pode ser desconhecido é valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. Uma vez que todo o investimento realizado no Hospital, de acordo com o disposto no acordo de cooperação se encontrava, à data da devolução da gestão do Hospital, totalmente amortizado, em concordância com uma das possibilidades previstas no normativo contabilístico não foi registado qualquer valor na rubrica de Ativos fixos tangíveis. Não obstante, verifica-se que até esta data não foi efetuada uma inventariação dos equipamentos que integram o Hospital, que seria desejável na ótica das boas práticas de salvaguarda dos ativos da entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As

distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 9 de setembro de 2020

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266